

Eleita para o biênio 2012-2014, a presidente do Andes-SN, professora Marinalva Oliveira, explica que diálogo e democracia são os instrumentos de luta da categoria. Confira na Pág. 9



SINDICATO
ANDES
NACIONAL
Central Sindical Popular - CONLUTA

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES - SN

Pleito Inscrições abertas para eleição da Adua

O edital da eleição para a diretoria da associação foi lançado e o calendário compreende cerca de 50 dias. As inscrições abertas vão até o dia 18 de agosto. Os docentes irão as urnas no dia 20 de setembro. Pág. 5

Nacional

Servidores federais se unem para lutar

Iniciada na Educação Pública, a greve nacional ultrapassou fronteiras e atingiu uma série de outros setores. Servidores Públicos Federais decidiram unir forças e lutar, em conjunto, por melhorias de trabalho e estrutura. Pág. 3



Sem proposta coerente, a greve continua

A pós a apresentação de duas propostas do governo que não atendem às reivindicações dos docentes federais, os professores seguem na luta pela reestruturação da carreira, melhorias na infraestrutura das universidades e salários dignos. Os docentes rejeitaram por todo o Brasil o proposto pela equipe da presidente Dilma Rousseff, a partir de discussões e análises criteriosas. Ignorando a decisão dos professores, o Executivo anunciou o fim da negociação após fechar acordo com o Proifes, entidade que representa menos de 3% da categoria. Páginas 6-7.

Editorial

Entramos no terceiro mês de greve nas universidades e o movimento segue dando demonstrações de muita vitalidade ante a intransigência do Governo Federal. Fato cuja explicação pode ser creditada, entre outros elementos, pela clareza de propósito em relação aos pontos de pauta reivindicados e, ao mesmo tempo, pelo retrocesso que representa a proposta apresentada pelo governo.

A reestruturação da carreira docente e a melhoria das condições de trabalho são as reivindicações centrais dos professores. Mas a elas estão vinculados princípios que as transcendem e que dizem respeito a um projeto de universidade que congregue autonomia, democracia, financiamento público, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, paridade e integralidade entre ativos e aposentados, entre outros fatores fundamentais para uma educação superior que de fato seja formadora de uma massa crítica para o país.

Sob outra orientação e sem querer abrir mão de seu projeto estratégico tanto no que diz respeito a reforma do estado quanto de sua política econômica, o governo segue intransigente sem ouvir a categoria docente. Tenta impor um projeto que aprofunda a desestruturação da carreira e silencia em relação ao ponto condições de trabalho.

Essas questões estão expressas com maior propriedade nas páginas deste periódico, cujos elaboradores têm acompanhado cada passo desse rico processo, testemunhando não apenas a força da greve na universidade, mas também a adesão de dezenas de outras categorias do serviço público.

Sem se permitir questionar a lógica da sua política econômica, o governo segue remunerando o capital financeiro em detrimento da melhoria dos serviços públicos para a população.

Notas

Apoio da Reitoria

A greve dos professores federais vem conquistando apoio de várias instituições, desde que foi deflagrada, no dia 17 de maio. Entre as manifestações positivas em relação ao movimento paredista da categoria está a da reitora da Ufam, professora Dra. Márcia Perales, que, além de manter apoio aos grevistas, propôs articulação com outros reitores das universidades do norte do país para troca de informações sobre as atividades do movimento. A professora é representante regional dos reitores, pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). “O que puder fazer para ajudar o movimento no sentido de reunir forças, entrar em contato com outros reitores, relatar essa reunião, encaminhar mais informações... Estou preocupada com essa situação”, disse a reitora, alertando os docentes para os próximos passos do governo federal.

Vendas nos olhos

Além de ignorar a greve dos pro-

fessores nos dois primeiros meses, sem sequer manifestar interesse em negociar com docentes e, além disso, fechar a negociação apenas com uma das quatro entidades do movimento grevista, o Governo Federal insistiu em fingir que nada está acontecendo. A “nova” é que o Ministério da Educação (MEC) publicou uma notícia em seu site cobrando das universidades e dos institutos federais paralisados pela greve o calendário de reposição das aulas. Em circular enviada aos conselhos superiores das instituições, O MEC diz que fiscalizará o cumprimento da carga horária. A questão é: a greve continua por tempo indeterminado e o calendário só será redefinido após o fim da paralisação, conforme determinado pelos próprios Conselhos Universitários (Consuni), então essa cobrança é infundada. O governo tenta “forçar a barra” para os professores saírem da greve. Mas isso não vai acontecer até que a rodada de negociações seja reaberta. A greve é democrática e um direito de todos.

Paralisação estadual

A insatisfação dos professores é em

praticamente em todos os níveis da educação. No Amazonas, além do ensino superior, docentes da Educação Básica, lotados na Secretaria Municipal de Educação (Semed) e Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (Seduc), também estão realizando protestos para exigir melhores condições de trabalho. Conforme informações do Movimento de Luta dos Professores de Manaus (MLPM), o principal “gargalo” dos professores é o cumprimento da Hora de Trabalho Pedagógico (HTP) de 33% instituída, em 2008, por lei federal e descumprida pelo Poder Público. Conforme a Lei nº 11.738/2008, a jornada de trabalho dos professores da educação básica deve obedecer o limite máximo de dois terços das 40h semanais, para o desenvolvimento de atividades em sala de aula e de um terço para a realização de atividades pedagógicas. Porém, de acordo o coordenador do MLPM, Lambert Melo, com Melo, os professores têm sido obrigados a corrigir provas e elaborar planos de aula, em casa, conforme disse em entrevista ao portal D24am. Estamos de olho, hein?

Charge



Fale conosco

Professor e professora do campus de Manaus e dos campi do interior contribua para o Jornal da Adua produzindo artigos, resenhas de livros e DVDs e sugestões de pautas. Sua participação é fundamental para um jornal plural. Entre em contato conosco pelo e-mail: imprensa.adua@gmail.com

www.adua.org.br
[www.twitter.com/docentes_ufam](https://twitter.com/docentes_ufam)



O jornal da **adua** é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.
Diretoria: Antônio (Neto) Pereira de Oliveira (presidente), Ronney da Silva Feitoza (1º vice-presidente), Tharciso Santiago Cruz (2º vice-presidente), José Alcimar de Oliveira (1º secretário), Lucas Milhomens Fonseca (2º secretário), José Humberto Michiles (1º tesoureiro) e Luiz Fábio Silva Paiva (2º tesoureiro).
Jornalista responsável: Lídia Ferreira (SRTE-AM 398)
Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Lídia Ferreira (SRTE-AM 398), Daisy Melo (SRTE-AM 219) e Andes-SN

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)
Fotografias: Anderson Vasconcelos, Lídia Ferreira, Susy Freitas e Andes-SN
Impressão: Gráfica Silva. 2000 exemplares.
Fone/Fax: (92) 3088-7009 / 3305-4103
e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com (Imprensa)
Endereço: Avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroado, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas. Site: www.adua.org.br

Atos Unificados

Greve dos trabalhadores expõe as mazelas do serviço público federal

Precarização das condições de trabalho, desestruturação da carreira profissional, salários archochados e sem recomposição inflacionária são, entre outros, os motivos que levaram diversas categorias do serviço público federal a deflagrar greve em todo o País. A paralisação, que começou com os professores federais no dia 17 de maio, ultrapassou a “fronteira” das universidades públicas brasileiras e se intensifica à medida que o governo federal se recusa a negociar com os trabalhadores.

Mas, a postura do “staff” da presidente Dilma Rousseff não tem intimidado os servidores públicos federais. Em Manaus, diversas ações conjuntas foram realizadas em julho, com intuito de expor à sociedade a crise pela qual passa o serviço público em virtude do descaso do governo federal. “Vários órgãos desaprovam o atual governo, não só pela falta de reajuste salarial ou condições de trabalho, mas por sequer nos chamar para dialogar”, disse o presidente da Adua, Antônio Neto, referindo-se à maioria dos trabalhadores em greve.

O ato público mais recente ocorreu no dia 31 de julho, quando cerca de 300 pessoas, entre professores, técnicos administrativos em educação e estudantes da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e Instituto Federal do Amazonas (Ifam) – esse último, em greve desde o dia 25 de junho –, além de representantes de outras categorias, marcharam pelas ruas do Centro da capital. Os trabalhadores deixaram a sede do Ifam rumo ao Largo Mestre Chico, onde aproveitaram para reforçar à população o motivo da paralisação que atinge diversos segmentos. A passeata marcou o Dia Nacional de Luta dos

Servidores Públicos Federais.

A segunda ação conjunta dos trabalhadores e estudantes foi realizada no dia 18 de julho e reuniu aproximadamente mil pessoas. Com carro de som, faixas, cartazes e sombrinhas nas mãos, os participantes saíram em passeata da sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), cujos servidores estão em greve desde o dia 2 de julho.

Durante o mês de julho, os servidores públicos em greve se uniram para realizar passeatas, panfletagens e atos públicos

A marcha fez ainda uma parada no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), onde a greve começou dia 11 de julho. A manifestação encerrou no Campus Universitário da Ufam, onde o Fórum dos Servidores Federais se reúne semanalmente.

Nesses encontros é que se definiu a estratégia de realização das atividades de rua. A primeira ação conjunta dos servidores federais na capital ocorreu no dia 6 de julho. Cerca de 1.200 pessoas se concentraram na Praça 5 de Setembro, mais conhecida como Praça da Saudade, de onde partiram, passando pelas ruas mais movimentadas do Centro. O ato público foi finalizado na Praça Heliodoro Balbi, chamada popularmente de Praça da Polícia.

Valorização e Dignidade

Em todos esses momentos, o objetivo dos trabalhadores foi chamar a atenção



Fotos: Andes-SN

Os atos públicos buscam sensibilizar a população dos motivos da greve

da sociedade para as reivindicações das categorias, cujo eixo da pauta perpassa pela valorização e dignidade dos servidores. Os manifestantes prometem outras atividades similares durante o mês de agosto. “Essa greve é uma tentativa de recuperar a autoestima do servidor público, que precisa ser levado a sério e com respeito”, afirmou o representante da Coordenação Executiva do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Amazonas (Sindsep/AM), Walter Matos.

O presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho no Amazonas e Roraima (Sitra-AM/RR), Luís Cláudio Corrêa, relembrou que a categoria está há seis anos sem reajuste salarial e o PL 6613/09, que reestrutura a carreira no Judiciário, está há dois anos parado

no Congresso. “Outras categorias entre os servidores públicos federais também passam por situação semelhante, daí a importância da união de todos nesse movimento”, disse.

“O governo vem negando tudo a população, é uma política de intransigência, temos o direito de nos mobilizar se o serviço que está sendo oferecido não é de qualidade, queremos a reestruturação dos setores, reajuste e plano de cargos e carreiras”, afirmou o técnico de laboratório do Ministério da Saúde, José Santos. Para o diretor do Sindicato Trabalhadores da Educação Superior do Estado do Amazonas (Sintesam), Carlos Torres, o caos instalado tem uma explicação. “Falta vontade de política e vergonha na cara para alocar os recursos onde é necessário. Dinheiro tem!”, finalizou.

Foto: Daisy Melo



Estudantes da Ufam e do Ifam apoiam à greve dos servidores federais

Foto: Lídia Ferreira



Durante o último mês, as entidades em greves realizaram atos unificados

Calamidade

Sem estrutura, HUGV está prestes a ser privatizado

Falta apenas a votação do Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) para que a gestão do Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV) seja transferida para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) a partir de 2013. O possível modelo ainda gera muitas dúvidas entre os conselheiros e professores do HUGV e do curso de Medicina, conforme foi observado durante reunião entre eles e a reitora Márcia Perales, no início do mês de julho.

Apesar do Conselho Administrativo do HUGV ter aprovado a migração para a Ebserh, com 14 votos à favor, zero contra e uma abstenção, o modelo foi questionado entre os presentes. De acordo com a técnica administrativa da Ufam, Crizolda de Araújo, o projeto descreve que os servidores do HUGV passarão por um processo simplificado com validade de dois anos, prorrogável por mais dois anos. “Isso vai gerar uma alta rotatividade e o profissional não vai se comprometer com projetos em

longo prazo. Será um cabide de empregos, isso não pode ocorrer”, disse.

O diretor do HUGV, Lourivaldo Rodrigues, defendeu a transição de gestão, pois, segundo ele, “é a única forma de sanar um grande número de problemas estruturais que o HUGV tem”. “Não temos dinheiro para reforma, nem para comprar material, muito menos para contratar especialista. A Ebserh vai ter 10% do serviço particular, fazendo o hospital gerar sua própria renda”, afirmou.

Anunciante do único voto de abstenção, o diretor da Faculdade de Medicina, Dirceu Benedicto, disse que a alternativa é a única saída. “Infelizmente, não nos deram um plano B. A grande questão é que ainda falta discutir como vai funcionar tudo isso. Temos que cobrar essas explicações do MEC (Ministério da Educação)”, declarou.

A reitora Márcia Perales cobrou “agilidade” na votação. “Podemos mandar a aprovação com ressalvas, contudo, precisamos correr para conseguirmos entrar no orçamento de 2013”, disse.



Foto: Lídia Ferreira

É notório, desde a fachada, que o hospital está em situação precária

Hospital universitário agoniza sem infraestrutura e material necessário

A situação do HUGV está precária. Dos 40 setores do hospital, apenas dois foram considerados como nível 1 conforme o estudo de acreditação (análise de qualidade), feita pelo Ministério da Saúde em parceria com o Ministério da Educação (MEC).

Além da estrutura física visivelmente danificada, um bom exemplo da dos problemas do HUGV é a falta de ambulâncias. As duas únicas pertencentes ao

hospital estão paradas há mais de seis meses por falta de recursos para a manutenção. Também faltam laboratórios e materiais básicos, como algodão e esparadrapo.

O quadro de funcionários do hospital é composto atualmente por 935 profissionais da Ufam, Fundação Unisol, Secretaria de Estado da Saúde (Susam), Ministério da Saúde (MS) e Secretaria Municipal de Saúde (Sems).

Nacional

A greve continua forte e está próxima de atingir recorde

A greve nacional dos professores federais de 2012 está próxima de atingir o recorde de maior duração de uma paralisação já realizada pelos docentes nos últimos 21 anos. Deflagrada em 17 de maio, a greve já ultrapassou os 80 dias e ainda continua sem previsão de encerrar, diante do impasse do Governo Federal em dar continuidade às negociações.

Nas duas últimas décadas, a paralisação mais longa dos professores ocorreu em 2001, com um total de 110 dias sem atividades nas universidades federais do País. A última greve nacional, ocorrida em 2005, teve 106 dias de paralisação. “Estamos sete anos sem realizar uma mobilização como essa e só paralisamos porque realmente é a única forma que temos de lutar por nossos direitos. E enquanto não houver negociação, não haverá retorno dos professores para a sala de aula”, disse o presidente da Associação dos Docentes da Ufam (Adua) e coordenador do Comando Local de Greve (CLG), professor Antônio Neto.

Das quatro entidades sindicais que coordenam a paralisação, apenas uma aceitou a proposta do governo – a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes). Com isso, apenas dois Institutos Federais de Ensino Superior (Ifes) declararam a saída do movimento paredista. São elas a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG) e a Universidade Federal de São Carlos (Ufscar). “Para nossa indignação, entre as quatro entidades, só uma manifestou ter aceitado, e o governo anunciou que as negociações estavam encerradas, de maneira unilateral, suspendeu qualquer tentativa de acordo”, afirmou a presidenta da Andes-SN, Marinalva Oliveira. Além do Andes-SN, as outras entidades que não participaram da negociação foram o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef).



Eleições da ADUA

Estão abertas inscrições para as chapas

A Adua lançou o edital das eleições para a diretoria da entidade, gestão 2012/2014. O período de inscrição já está aberto e segue até o dia 18 de agosto, na sede da entidade, no Campus Universitário da Ufam. Até o pleito, o calendário eleitoral reúne etapas previstas para ocorrer num prazo de aproximadamente 50 dias, culminando com a ida dos professores às urnas no dia 20 de setembro.

O fato de o início do processo eleitoral ocorrer em meio à greve dos professores federais, que já dura mais de dois meses, não preocupa a direção do sindicato. Ao contrário, a expectativa é que o envolvimento de novos docentes nas atividades diárias do Comando Local de Greve possa suscitar a candidatura de mais representantes da categoria à gestão da entidade para o próximo biênio.

“Professores de várias unidades acadêmicas estão participando ativamente das atividades de greve e isso pode criar melhores condições para a formação de uma chapa comprometida com os interesses

Processo eleitoral deve ocorrer num prazo aproximado de 50 dias, com as eleições previstas para o dia 20 de setembro

da categoria, na defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Considerando todo esse processo de mobilização nesse período [de greve], que, de certa forma trouxe mais credibilidade à Adua e criou uma vanguarda, a expectativa é que tenhamos alternativas para a direção da entidade”, afirmou o presidente da Adua, Antônio Neto.

A candidatura e a participação dos docentes não devem variar em relação à última eleição, realizada em 2010. Podem ser candidatos todos os professores pertencentes ao quadro de sindicalizados da Adua e que estejam em dia com suas contribuições mensais. Da mesma forma, estão aptos a votar os docentes que se encontram nas mesmas condições exigidas aos candidatos, conforme o Regimento da Adua.

Situação favorável

Neto recorda que as condições do último pleito eram mais adversas e a seção sindical se encontrava em uma situação mais “frágil”. Por isso, aposta no sucesso dessas eleições. “Quando nós concorremos, o processo estava com muita dificuldade de formar uma chapa. Ninguém queria assumir a diretoria da Adua, muito menos assumir a condição de presidente da entidade. Hoje, a situação é bem diferente, por conta desse processo de mobili-



ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 Seção Sindical do ANDES-SN
 CNPJ: 04.613.626/0001-24
 Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos nº 3000, Campus Universitário, Setor Sul
 CEP: 69080-005 - Manaus - AM
 Fone: (092) 3088-7009 - e-mail: aduass@uol.com.br

EDITAL

O Presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas, Seção Sindical do ANDES-SN, no uso de suas atribuições regimentais, informa que estão abertas as inscrições para as chapas interessadas em concorrer as eleições para nova diretoria da entidade, gestão 2012-2014, obedecendo ao seguinte calendário eleitoral:

Período de inscrição: 03/08 a 18/08/2012
 Período de campanha eleitoral: 19/08 a 19/09/2012.
 Eleições: 20 de setembro de 2012.
 Posse da nova diretoria: 28 de setembro de 2012.

Demais informações na sede da ADUA (Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos nº 3000 - Coroado / Fone: (092)3305-4103/3088-7009), e-mail: aduass@uol.com.br

Antonio Pereira de Oliveira
Presidente

zação”, avalia.

O presidente da Adua também aposta num projeto de continuidade. “Não temos visto nenhuma tendência de oposição à direção [do sindicato]. O próprio comando de greve está bem unificado e não há

muitas divergências políticas. A expectativa é que sai uma chapa de situação, em melhores condições de dirigir a Adua, por tudo o que aconteceu nesses últimos dois anos, pela situação de força do movimento docente nacional.

Andes-SN

Integração é o foco da nova diretoria da Regional Norte I

Fortalecer as ações deliberadas pela diretoria nacional do Andes-SN nas seções sindicais é a principal meta para o biênio 2012-2014 da nova diretoria da Regional Norte I, sediada em Manaus. Além disso, os diretores irão focar em ações para fortalecer a greve e na estruturação de cada um das seções sindicais localizadas nos Estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia. A informação é do 1º Tesoureiro, docente Tomzé Vale.

Segundo o professor, as atividades voltadas para a greve nacional dos professores continuam como prioridade nesses dois primeiros meses de gestão. “O Plano de Carreira, principal motivo da nossa paralisação, continua como nossa bandeira de luta prioritária. Queremos que sejam abertas as negociações com o Governo Federal e, como forma de pressionar para que isso ocorra, precisamos estar fortalecidos enquanto

movimento”, ressalta Tomzé Vale.

Para chegar a essa meta, conforme o 1º Tesoureiro, é necessária uma luta conjunta por meio da integração das seções sindicais com o sindicato nacional. Para isso, a diretoria da Regional Norte I prevê ações de articulação com as seções sindicais dos quatro Estados. “Vamos dar suporte às seções ligadas tanto as universidades federais quanto as estaduais, diagnosticando suas necessidades e implantando as estratégias dos Andes-SN”, explicou.

Panorama

De acordo com Tomzé Vale, há algumas peculiaridades nas seções ligadas a Regional Norte I. A Associação dos Docentes do Acre (Adufac), por exemplo, não tem diretor. “Nos próximos meses vamos viajar até Rio Branco para fazer um diagnóstico mais preciso de como

Foto: Anderson Vasconcelos



O professor Tomzé Vale ressalta que a articulação com as seções sindicais é uma das prioridades está a situação por lá”, afirma.

Outro exemplo é a seção sindical de Roraima, que foi constituída oficialmente em junho deste ano e ainda está no início das atividades sindicais. “Vamos dar um suporte a eles, com orientações, reuniões, encontros e o que for necessário. O sindicato roraimense ainda está muito no início, nem sede eles têm”, disse.

Vale ressaltou, inclusive, que Roraima deve sediar um encontro com as seções

Diretoria Regional Norte I - Andes-SN

Amecy Bentes – 1º vice-presidente

Carlosandro – 2º vice-presidente

Jorge Coimbra – 1º secretário

Vânia – 2º secretária

Tomzé Vale – 1º Tesoureiro

Edson Lobo – 2º Tesoureiro

sindicais da Regional Norte I em agosto, para discutir estratégias e repassar o que será definido no Encontro dos Sindicatos das Universidades Estaduais, marcado também para agosto, em Brasília (DF). “Somos somente um ‘braço’ do Andes-SN nesses Estados, vamos agir como direção nacional”, ressalta Tomzé Vale.

As regionais do Andes-SN estão divididas em Norte I e II; Nordeste I, II e III; Leste; Rio de Janeiro; São Paulo; Sul; Rio Grande do Sul; Planalto e Pantanal.

Capa

Propostas do governo são desmist

Cinco dias antes de completar dois meses da greve dos professores das universidades federais deflagrada no dia 17 de maio, o governo apresentou a primeira proposta para a categoria. O amplo espaço de tempo para iniciar a negociação evidencia o descaso da presidente Dilma Rousseff com as reivindicações dos docentes de 56 universidades e 38 Institutos Federais de Ensino (Ifes) paralisados. Alardeada como um “aumento de 45%” do salário dos professores, a proposta apresentada no dia 13 de julho é revestida de armadilhas, que intensificam a desestruturação da carreira e acarretam, ainda, perdas salariais para a maioria da classe docente. Por esses motivos, Assembleias Gerais realizadas por todo o Brasil votaram pela rejeição da proposta dos ministérios do Planejamento e da Educação (MEC). Frente ao forte “não” unânime, o governo apresentou uma segunda proposta, nada mais é do que um “re-mendo” da primeira, mas anunciado pelo MEC como uma “ampliação do reajuste”, o que também foi rechaçado pelos docentes.

Os ajustes pontuais foram feitos nas tabelas de vencimento básico e retribuição por titulação da remuneração dos professores das Ifes, expressas em valores nominais. O próprio secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, iniciou a reunião, realizada no dia 24 de julho, afirmando que, na essência, a segunda proposta não apresenta diferenças da anterior. “Ou seja, mantém a carreira desestruturada”, resumiu a presidente do ANDES-SN, Marinalva Oliveira. Segundo a análise do CNG, o que o governo fez foi aumentar os recursos de R\$ 3,9 bilhões para R\$ 4,2 bilhões em três anos e promoveu ajustes na tabela, atendendo, principalmente, os docentes com mestrado, que teriam as maiores perdas na proposta anterior.

Justificativa

Para o Andes-SN, a categoria rejeitou a primeira proposta por três motivos: por discordar da desestruturação da carreira; porque ela traria perdas salariais quando considerada a inflação entre 2010 e 2015 e porque feria a autonomia universitária ao impor barreiras no desenvolvimento da carreira incompatíveis com a atividade acadêmica. “Podemos dizer que o governo faz um aceno na questão das barreiras, mas, mesmo assim, remete para uma discussão em grupos de trabalho e nós sabemos que esses GTs não têm credibilidade. Dois exemplos são o GT criado em 2008, que nunca funcionou, e o GT Carreira, criado em agosto de 2011, cujas dis-

A demora para iniciar as negociações com os docentes demonstra o descaso de Rousseff com a educação

cussões o governo não levou em conta ao elaborar a atual proposta”, avalia o 1º vice-presidente do Andes-SN, Luiz Henrique Schuch.

Ao analisar a última proposta, o representante dos professores complementa que, ao contrário do que anuncia o governo,

não há uma valorização da titulação, pois essa gratificação não será incorporada ao salário. “A desestruturação continua, sem nenhuma relação lógica na evolução entre os níveis e as classes, os regimes de trabalhos e as titulações, desconstituindo direitos, e para a maioria dos docentes as alterações salariais são apenas nominais, pois não acompanham sequer a inflação”, afirma Schuch. Segundo o Andes, a reformulação apresentada provocou “tensionamentos na negociação, como o reequilíbrio dos aposentados, os critérios para avaliação institucional e promoção entre classes”.



Em Manaus, os docentes em greve realizaram encontros e assembleias para estu

Aula pública na Adua para explicar a proposta

Na tentativa de esclarecer outros professores, estudantes, imprensa e a sociedade de forma geral sobre as armadilhas da primeira proposta, a Adua promoveu no dia 24 de julho uma aula pública ministrada pela especialista em mercado financeiro Ellen Mendonça, que desmistificou o propagado “aumento de 45%”. “Qualquer negociação com trabalhadores, a respeito de reajuste salarial, deve considerar a inflação do período, o governo não considerou esse indicativo”, disse a especialista, alertando que, na verdade, o reajuste se apresenta com perdas salariais de até 33% para a maioria da categoria. “Só os professores titulares, que estão no topo da carreira, é que teriam algum ganho real na faixa de 9%”, afirmou.

Na análise do sindicato nacional, essa primeira proposta baseia-se no reajuste na tabela salarial, que promove, ao final dos três anos previstos de parcelamento, a corrosão no poder de compra de grande parte da categoria. Os 45% alardeados pelo governo, contemplariam apenas uma pequena parcela dos docentes, uma vez que seriam concedidos apenas aos titulares, doutores, em regime de dedicação exclusiva. “Este percentual também é falacioso, pois considerando a inflação estimada de 2010 a 2015, representa menos de 10% de recomposição salarial para este segmento”. Além disso, o governo estabelecia parâmetros para progressão na carreira que desrespeitavam a Lei de Diretrizes e Bases e feriam a autonomia universitária prevista na Constituição.



Em assembleia, professores votaram contra a proposta do governo Dilma

ificadas e rejeitadas por docentes



...dar, discutir e votar a proposta apresentada pelo Governo Federal



A especialista Ellen Mendonça fez um alerta sobre a falida proposta do governo



Governo driba os docentes e fecha acordo com apenas uma entidade

Em uma atitude de total desrespeito com as reivindicações dos professores federais, em greve há quase três meses, o governo federal informou, na reunião do dia 1º de agosto, que assinaria acordo com a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Profes). O anúncio foi feito após a apresentação da rejeição das assembleias de base à proposta do Executivo, comunicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) e Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef). As três instituições recusaram-se a firmar acordo com o governo e mantêm a paralisação.

Para a presidenta da Andes-SN, Marinalva Oliveira, o governo não foi coerente. “Para nossa indignação, entre quatro entidades, só uma manifestou ter aceitado, e o governo anunciou que as negociações estavam encerradas, de maneira unilateral, suspendeu qualquer tentativa de acordo”, afirmou. Dados do Andes-SN e do Sinasefe indicam que a paralisação atinge 57 das 59 universidades federais, além de 34 dos 38 institutos federais de educação tecnológica. No dia 3 de agosto, a Profies aceitou a proposta do governo, que prevê reajustes de 25% a 40% até 2015 e diminuição do número de níveis de carreira de 17 para 13. A federação representa sete universidades federais e um instituto técnico. Destas, uma não aderiu à greve. Das seis restantes, apenas a Universidade Federal de São Carlos (UFScar), em São Paulo, aceitou a oferta

do governo. As demais seguem em paralisação. Cada entidade tem autonomia para decidir pela continuidade da greve, independentemente de acordo firmado.

Integrantes do Comando Local de Greve (CLG) da Ufam declararam que a assinatura do acordo entre o governo e a Profies não representa a decisão da maioria dos professores em greve em todo o País. Com isso, os docentes reforçam que a paralisação nacional irá continuar. No entendimento do CLG, a ruptura das negociações com os professores “representa a cristalização do modo intransigente com que esse governo vem se comportando ao longo de todo o processo de discussão”. Para a categoria, o acordo expõe “o descaso do governo com a educação pública de qualidade e o desinteresse em resolver os graves problemas que afligem esse setor”.

De acordo com o presidente da Adua e coordenador do CLG, Antônio Neto, o Profies fez um plebiscito onde apenas 3.864 professores paredistas votaram, o que representa 2,3% dos 70 mil docentes que estão em greve no Brasil. “O governo usou essa estratégia para romper a negociação com o Andes e o Sinasefe, duas entidades que deveriam participar dessa discussão por terem maior representatividade, ou seja, o Governo Federal virou as costas para as nossas propostas”, disse. Segundo Antônio Neto, a greve continua sem previsão para terminar. Na Ufam, as reuniões setoriais continuam sendo realizadas, tanto na capital como no interior. “Vamos reforçar nossas atividades para mostrar à sociedade as nossas reivindicações”.

Artigo

A classe trabalhadora reage a um ataque histórico

Foto: Reprodução

Oswaldo Coggiola*

Na greve do funcionalismo público federal (Andes, Fasubra, Sinasefe, principalmente) se concentram todas as contradições da política brasileira. Em início de agosto, até os servidores (funcionários) da Polícia Federal votaram sua entrada em greve. A oferta de “reajustes” salariais do governo Dilma não cobre sequer as perdas dos anos em que os salários permaneceram congelados, sem falar na destruição da carreira funcional. Uma vez descontada a inflação, mesmo usando índices modestos e otimistas, os reajustes médios propostos pelo governo até 2015 variam entre 0,36% e 5,52% negativos. A “economia de caixa” que o governo pretende com o arrocho salarial federal está a serviço de uma política de subsídios ao grande capital. Não se trata apenas do pagamento da dívida pública, que compromete cerca de 50% do orçamento da União, mas também, entre outras coisas, da utilização do endividamento público para repasse direto de recursos a empresas privadas, subsidiadas pelo BNDES (que acaba de comemorar o destino do montante de R\$ 342 milhões a um dos maiores conglomerados industriais do mundo - a Volkswagen).

Desde 2008, o governo (então Lula) abriu mão de R\$ 26 bilhões em impostos para a indústria automotiva: cada carteira assinada pelos monopólios do automóvel custou um milhão de reais ao país. O resultado? A remessa, por essas empresas, de quase R\$ 15 bilhões ao exterior, na forma de lucros e dividendos, para cobrir os buracos de caixa das matrizes “em casa” (EUA, Europa, Japão) e a onda de demissões que ora se desenvolve no setor automobilístico. A crise mundial não perdoou o Brasil, como irresponsavelmente Lula insistiu em dizer ao longo de anos.

A crise mundial bate diretamente à porta do país: o saldo comercial favorável de US\$ 31,3 bilhões de novembro de 2011 (quando as exportações brasileiras bateram recordes históricos) recuou para US\$ 23,9 bilhões em junho deste ano. A desaceleração do PIB já bate as previsões mais pessimistas. A taxa de juros de longo prazo foi reduzida de 6% para 5,5%, e o governo anunciou compras (máquinas, caminhões, ônibus) por valor de R\$ 6,6 bilhões. O resultado? Menos de 1% de investimento no PIB, que não alcança para compensar nem metade da queda do investimento durante o primeiro trimestre de 2012. E novas demissões no setor automotivo.

A dívida pública brasileira já supera R\$ 3,2 trilhões (em valores de novembro de 2011), ou 78% do PIB, e consome quase metade dos recursos da Federação. Tudo é bom para pagá-la, até o imposto de ren-



da das pessoas físicas, modificado sob a justificativa de simplificação: diversas deduções foram abolidas, e o trabalhador está cada vez mais onerado; enquanto desde 1996 as “pessoas jurídicas” (empresas) podem deduzir juros calculados sobre o capital próprio, despesa não efetivamente paga, fictícia, que beneficia empresas altamente capitalizadas, como os bancos. Houve fechamento de postos de trabalho em grandes bancos, principalmente Itaú e Banco do Brasil. A rotatividade de mão de obra continua alta nas instituições financeiras e é utilizada para reduzir a massa salarial. O salário médio dos trabalhadores contratados, em número menor às demissões, foi 38,2% inferior ao dos desligados.

O arrocho salarial público e privado é, nesse quadro, o primeiro patamar para um ataque histórico com vistas a que “os trabalhadores paguem pela crise”. O corte de salário dos grevistas das universidades, por exemplo, é uma medida inconstitucional, pois desrespeita o preceito pético da autonomia universitária. A resposta do funcionalismo (especialmente docentes e funcionários educacionais) não se fez esperar: em tempo recorde foram paralisadas 58 das 59 universidades federais, e foram organizadas massivas marchas e jornadas de luta em Brasília. Isto sob a forte atuação de um pseudo sindicalismo pelego (Proifex) favorecido e subsidiado pelo governo (e a CUT) nas universidades. Os auditores fiscais empreenderam medidas de luta em todo o país, por um reajuste salarial de 30%, que chegaram a paralisar o Pólo Industrial de Manaus.

E os trabalhadores do setor privado também começaram a reagir, com o corte da Via Dutra pelos trabalhadores da GM, contra as demissões e o “banco de horas” (flexibilização trabalhista); em São José dos Campos há um processo de reação dos metalúrgicos, com uma passeata com

2.500 trabalhadores e duas paralisações de duas horas (foi votado o “estado de greve”), além de outras greves, por enquanto localizadas. A decisão pela greve foi tomada em assembleias realizadas em todo país. Os trabalhadores não aceitaram a contraproposta da empresa referente ao reajuste salarial, reivindicando 10,73% (a Eletrobrás ofereceu apenas 5,1%). A categoria tem cerca de 30 mil trabalhadores; a greve atinge 14 empresas, sendo oito geradoras de energia.

A revolta crescente dos trabalhadores é a revolta das forças produtivas contra a decomposição do capital e a submissão nacional. A postura do governo Dilma frente à greve nacional dos docentes e, mais recentemente, dos técnicos e administrativos das universidades federais não é uma simples “contenda trabalhista”, embora a greve possua pauta precisa e objetiva: carreira, malha salarial e condições de trabalho (mais concursos e recursos para as instituições). Em 13 de julho, quando a greve dos professores das universidades federais já estava a ponto de completar dois meses, o governo finalmente ofereceu à categoria uma proposta, rejeitada pelas assembleias de base da categoria. A partir dos dados do ICV/Dieese e de uma projeção futura, o Andes estimou o reajuste necessário em, pelo menos, 35%. Para a maior parte dos docentes, a proposta do governo significará, em 2015, um salário real menor que o recebido em 2000.

Depois de agradar o capital (financeiro, industrial, comercial e agrário) com todo tipo de “bondades”, ao longo da última década, acentuadas no governo de Dilma Roussef, garantindo o total apoio político daquele, o governo define agora a agenda de um ataque histórico ao trabalho, mediante as “novas regras do INSS” (destruição da previdência social pública e fator 85/95: concessão de aposentado-

ria quando a soma da idade e do tempo de contribuição for de 85 anos para as mulheres e de 95 anos para os homens; sem falar que desde a implantação do “fator previdenciário”, o governo “economizou” R\$ 21 bilhões, dinheiro roubado dos trabalhadores) e a “flexibilização do mercado de trabalho” (adequação de legislação trabalhista às necessidades do capital em crise): “Reforma da previdência, flexibilização das leis trabalhistas e privatizações são temas da velha Agenda Perdida, elaborada por economistas quando da primeira eleição de Lula, em 2002”, de acordo com um comentarista do capital.

A reação operária e sindical provocou que, surpreendentemente, “a Central Única dos Trabalhadores (CUT) repudia veementemente a publicação do decreto governamental 7777 que prevê a substituição dos servidores públicos federais em greve por servidores estaduais e municipais” (isto sem falar no corte de ponto do funcionalismo ordenado por Dilma) e até uma fração do PT, até aqui caracterizada pela obsequencia, manifestasse que “no governo Dilma os salários foram congelados no primeiro ano de governo e as reposições inflacionárias passaram a ser promessas, feitas de forma parcelada e após o período de apuração”, o que é menos do que uma parte da verdade (os salários foram congelados bem antes). Ora, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (CUT) encaminhou ao governo e ao Congresso Nacional um Anteprojeto de Lei que modifica a CLT e cria o Acordo Coletivo Especial, cujo conteúdo essencial é “fazer prevalecer o negociado sobre o legislado” nas relações de trabalho. Certamente, a CUT nada faz para unificar as lutas, e menos ainda para organizar um plano de lutas de toda a classe trabalhadora, mas essas manifestações públicas anunciam uma crise na base política histórica do governo petista.

Está colocada, portanto, a luta por uma frente sindical e política pela defesa da classe trabalhadora, pela unificação das greves e das lutas do setor público e privado, e pela independência de classe. Depois de uma década, a base política do governo está rachando: sobre a base da mobilização, e das plenárias de base estaduais e nacionais, devemos propor a frente única das organizações operárias e populares, por um Plano Unificado de Lutas para fazer com que os capitalistas, não os trabalhadores e a nação, paguem pela crise.

***Confira o texto na íntegra no site www.adua.org.br. (Publicado em 06.08.2012)**

Oswaldo Coggiola é historiador e professor titular da Universidade de São Paulo.

Entrevista com Marinalva Oliveira

‘Diálogo e democracia são nossos instrumentos de organização e luta’

Eleita como presidente do Andes-SN para o biênio 2012-2014, com a “Chapa 1 – Trabalho Docente e Movimento Social”, a professora Marinalva Oliveira assumiu a entidade em meio a uma das greves nacionais consideradas históricas pelo movimento, deflagrada no 17 de maio. Mestre e doutora em Psicologia, com pesquisas direcionadas à inclusão escolar e social de pessoas com deficiência, a professora da Universidade Federal do Amapá (Unifap) “Marinalva Oliveira” promete dar continuidade aos trabalhos que estavam sendo realizados pela diretoria anterior do Andes-SN, trabalhar em conjunto com secções sindicais e entre outros projetos como ela revela ao jornal da ADUA.

Como é assumir uma gestão do Andes-SN em meio a uma greve nacional que atinge quase todas as Ifes?

Demos continuidade ao que a diretoria anterior já vinha fazendo pela organização da greve, fazendo um chamado, e também uma atuação política, naquelas universidades e institutos federais que não estavam em greve. Buscamos trabalhar em conjunto com os Comandos Locais de Greve no sentido de fortalecer a organização do movimento nas bases, trabalhando sempre na perspectiva do diálogo e da democracia como instrumentos de organização e luta.

Qual a estratégia da nova diretoria do Andes-SN durante o período de paralisação das Ifes?

Não há só a importante greve das Ifes em curso. Os professores das universidades estaduais, como os da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, estão paralisados e enfrentando o governador do Estado e o reitor. O ANDES-SN tem uma estrutura capaz de tocar a pauta mais ampla do Sindicato e ao mesmo tempo dar respaldo ao movimento geral.

Quais serão as principais bandeiras de luta para o próximo biênio do Andes-SN? Como serão realizadas?

A linha que estamos definindo para a gestão é, primeiro, uma continuidade política da gestão anterior, com um aprofundamento do Plano de Lutas que foi aprovado no 31º Congresso (do Andes-SN). O grande tom dessa organização das ações é que nós temos uma renovação da diretoria e essa perspectiva da renovação não é só de pessoas, mas uma renovação política também, de uma aproximação maior e mais fortalecida com a base, com os novos professores que estão chegando na universidade, em um contexto de aprovação de um plano de previdência privada, os que foram contratados recentemente e que ainda não estão sindicalizados, e também trazer para a nossa base um grupo de professores que não estavam fazendo parte do Andes por conta de uma outra entida-

de e que hoje nós vemos os vemos aderindo à pauta da nossa greve nacional.

É notável que as secções sindicais das universidades estaduais estão, cada vez mais, se filiando ao Andes-SN. O que a nova diretoria prevê de ações para essas secções já que elas têm uma gestão estadual e não federal, como as demais Ifes?

O primeiro ponto é que nós aprovamos a realização do VII Encontro Intersetorial, que tem o objetivo de fazer uma aproximação entre os setores que fazem parte do Andes - federais, estaduais, municipais e particulares. Ou seja, tirar uma política comum, discutir e reaproximar esses setores. Nesse encontro, nós vamos aprofundar também as políticas que foram tiradas durante esse período. Por exemplo, verificar, junto aos professores das particulares, o que mais tem



Fotos: Andes-SN



“ Há os que defendem uma educação pública, de qualidade e há também quem defenda uma educação tecnicista, voltada para atender o mercado ”

causado problemas a este segmento da categoria, como as perseguições, as demissões em massa e fazer um levantamento de como isso está ocorrendo e daí tirar uma política para o 32º Congresso do Andes, que será no Rio de Janeiro, para depois colocar essa política em curso no ano de 2013. Outro ponto é que nós vamos realizar também o encontro do setor das estaduais e das municipais. Esse encontro vai amadurecer o debate em torno de uma linha comum de financiamento e gestão democrática, que foi um avanço já iniciado na gestão anterior, porque as estaduais até hoje têm uma dificuldade de atuar em conjunto nacionalmente, pois cada uma tem um governo específico, políticas específicas, e nós gostaríamos de tirar uma política comum a esse setor das estaduais.

A sua chapa durante as eleições levantou a bandeira do “compromisso social”. Quais os planos da nova diretoria para contemplar essa bandeira?

Vamos trabalhar, assim como as diretorias anteriores já vinham trabalhando, no sentido de resgatar a concepção de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, na qual se desenvolva ensino, pesquisa e extensão com financiamento público. Apesar de a universidade ter o objetivo de produzir conhecimento e fazê-lo para a sociedade, como bem público, não é isso que tem acontecido no Brasil nos últimos tempos. O que temos percebido é que o governo tem desvirtuado essa concepção de universidade. Com isso, o capital se torna presente dentro das instituições a partir do produtivismo, do financiamento privado para as pesquisas, o que gera um conhecimento também privado, que já não é de domínio público, mas, particular. Nos últimos tempos, temos vivenciado uma política direcionada pelo governo,

controlada pelas empresas privadas, a partir da lei de inovação tecnológica, e também pelo Estado, a partir do momento em que determina qual pesquisa você deve desenvolver, sobre qual tema você quer desenvolver. Isso tem tirado a autonomia intelectual dos professores e nós temos como grande compromisso justamente retomar o conceito de universidade pública. Nesse sentido, nós tivemos a atualização do Caderno 2 na parte de Ciência e Tecnologia, no 57º Conad. Nessa parte é onde apontamos que precisamos ter uma maior aproximação com as entidades científicas, dentro da política que o Andes-SN defende para a pesquisa e, através dos órgãos como Capes e CNPQ, buscar a ampliação do financiamento público para que o conhecimento seja público. Porque, assim, ele é de domínio da sociedade.

Qual a sua avaliação do atual cenário da política educacional brasileira?

Hoje há um embate entre projetos para a educação, que vem desde o regime militar. Se de um lado há os que defendem uma educação pública, de qualidade, e socialmente referenciada. Há quem defenda uma educação tecnicista, voltada para atender os interesses do mercado. No contexto atual, a educação é central para o desenvolvimento humano de um país, contribuindo com o processo de desenvolvimento político-econômico, artístico-cultural, científico-tecnológico. Trata-se, portanto, de campo privilegiado de disputas por projetos de formação antagônicos: um que a transforma em mercadoria e objeto de lucro e outro que a defende como bem público e direito de todos. Neste embate de projetos, dentre as estratégias de luta historicamente consagradas, o direito de greve dos trabalhadores representa um instrumento legítimo e necessário para fazer frente às tentativas de diferentes governos, ligado aos interesses do capital, em desrespeitar a educação pública de qualidade como um patrimônio da sociedade.

O que tem de mais urgente a se fazer para que o Brasil possa garantir uma educação pública de qualidade?

Os governos precisam, de fato e imediatamente, investir em educação pública. Infelizmente, perdemos recentemente essa oportunidade quando Comissão Especial da Câmara dos Deputados votou o Plano Nacional de Educação 2013-2023. O ANDES-SN, assim como outros setores da sociedade, defendia a aplicação imediata de 10% do PIB para a educação pública. Os deputados, no entanto, aprovaram que este percentual seja atingido só em 2023 e, mesmo, assim, não só para a educação pública, o que abre brechas para que os recursos sejam usados em programas como Prouni e Pronatec.

espaço cultural

A campanha “Abre Biblioteca”, iniciada na internet, é uma prova de que a mobilização dos movimentos sociais gera resultados efetivos. Criada para cobrar do governo estadual a reabertura da Biblioteca Pública do Amazonas, fechada há 5 anos, o movimento contou com ações como passeatas e panfletagem, em frente ao prédio em obras, durante o mês de julho. Os manifestantes conseguiram reunir em torno de 3 mil assinaturas e receberam, enfim, uma resposta da Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra), responsável pela restauração. A Seinfra assinou um termo de compromisso, que promete realizar a reinauguração da biblioteca até a primeira semana de novembro. Até lá, integrantes do movimento “Abre Biblioteca” informaram que vão continuar a realizar ações de mobilização para sensibilizar a sociedade.

Linguagem



Fotos: Divulgação

As greves têm sua linguagem visual própria e também ditam tendências como, por exemplo, os caras pintados

Pesquisadores revelam a moda da greve

No último mês, uma das atividades que chamou a atenção no calendário do Comando Local Unificado de Greve (CLUG) foi a palestra “Greve: história, linguagem e moda”, ministrada por integrantes do grupo Mimo, da Ufam, na livraria Saraiva MegaStore. O foco do encontro foi discutir a linguagem e a identidade visual durante os movimentos parestistas no Brasil.

Caras pintadas, bandeiras, camisetas com frases de efeito e cores “quentes” como vermelho e amarelo, por exemplo, são algumas das principais características da identidade visual dos movimentos grevistas no Brasil, de acordo com a vice-coordenadora do Mimo, Cássia Nascimento. “Criou-se um pa-

drão visual estético nessas manifestações, há uma forma de vestir-se, acessórios e outras ferramentas utilizadas para identificar esse grupo de pessoas e, principalmente, chamar a atenção da sociedade para suas causas. Esse efeito nada mais é do que moda”, ressalta.

A coordenadora cita como exemplo a própria nudez, usada durante um dos atos públicos em frente a Ufam, também como uma forma de expressão visual dos movimentos grevista. “Tudo isso acaba produzindo uma simbologia sobre as manifestações grevista e gera uma imagem dos manifestantes”, afirmou.

Para o professor e integrante do CLUG, professor Francisco Jacob Paiva, a palestra

resultou em uma quebra de paradigmas entre os participantes. “Muitas pessoas têm uma imagem negativa dos manifestantes, mas quando se passa a entender o contexto de uma greve, as nossas passeatas e ações, é possível notar que temos um propósito e trabalhamos uma comunicação específica como estratégia, inclusive, a linguagem visual”, disse o docente que foi palestrante do evento.

Além dos professores Cássia Nascimento e Francisco Jacob Paiva (Faculdade de Educação da Ufam), o encontro contou também a debatedora Sheila Cordeiro Mota (coordenadora do curso de Designer da Ufam) e o mediador professor Gilson Vieira Monteiro (Departamento de Comunicação Social da Ufam e coordenador do Mimo).

Vale a pena ler



Laura Greenhalg

Livro: Os imperfeccionistas
Autor: Tom Rachman
Tradução: Flávia Carneiro
Editora: Record
Nº de páginas: 384
Valor: R\$ 42,90

dadores do tal diário fictício, com o sobrenome Ochs, dos fundadores do New York Times? Em 1896, Adolph Ochs compraria um pequeno jornal em Nova York, e sua filha Bertha, ao se casar com Arthur Hays Sulzberger, inauguraria a dinastia Ochs-Sulzberger, “a mais importante instituição familiar dos Estados Unidos”, como escreve Gay Talese no ótimo “O Reino e o Poder”, livro em que conta a história deste que ainda é o jornal mais influente do mundo. Otts, portanto, não deve ser apenas um nome inventado.

Nas duas sequências de histórias, Rachman trata de donos e empregados de jornal. Cyrus Otts, o criador do diário editado em Roma, ves-

te o figurino do media tycoon, que explode as fronteiras nacionais do jornalismo americano. Até se mudou para a Itália para viver num palacete forrado de grandes telas - assinadas por Turner, Pissarro, Léger, Modigliani... - e bem perto de sua redação. Tem-se na opulência o retrato de um homem para quem o jornal era simplesmente “o centro do mundo”. Ao longo da história, essas relações de poder e dinheiro mudam, mínguem.

***Confira a resenha na íntegra no site do Jornal Estadão**

Laura Greenhalg é colunista do Estadão

Vale a pena ver



Lucas Salgado

Título Original: Sete Dias com Marilyn
Gênero: Biografia
País de origem: Reino Unido
Tempo de duração: 99 minutos
Ano: 2011

Falecida há 50 anos, Marilyn Monroe permanece até hoje no imaginário de muitos cinéfilos. Em 15 anos de profissão, ela trabalhou em aproximadamente 30 filmes, com destaque para obras como “O Pecado Mora ao Lado” e “Quanto Mais Quente Melhor”, ambos dirigidos por Billy Wilder. Em 1957, procurando ser mais respeitada como atriz, viajou para a Inglaterra para trabalhar com o cultuado Laurence Olivier em “O Príncipe Encantado”. É justamente este período na vida da estrela que é abordado em “Sete Dias com Marilyn”.

Embora esteja distante de ser uma obra-prima, o filme é bem interessante e cumpre seu papel de resgatar tal momento na vida de Monroe. O grande mérito para isso foi a escolha de Michelle Williams para incorporar a personagem. O tipo físico discreto e sua forte veia dramática fizeram com que muitos desconfiassem da atriz, com alguns chegando a apontar que Scarlett Johansson seria uma escolha bem melhor. Quem pensou assim, certamente mudará de ideia após conferir a produção, uma vez que Williams entrega uma Marilyn graciosa e cativante, fazendo com que os espectadores se apaixonem por ela ao mesmo tempo que o personagem Colin Clark, vivido pelo jovem Eddie Redmayne (“O Bom Pastor”).

Apesar do título destacar Monroe, o protagonista da história é Clark, autor dos livros que inspiraram o longa. Seja por mérito de Williams, que rouba todas as cenas, ou demérito de Redmayne, a verdade é que o personagem é o grande problema do filme. A narrativa é construída através dele e, por isso, é comprometida.

A história gira em torno de Colin Clark, um jovem de família tradicional inglesa que, para desespero dos pais, decide se envolver com cinema. Ele consegue um emprego na produtora de Laurence Olivier e pouco depois está trabalhando como terceiro assistente de direção nas filmagens de “O Príncipe Encantado”. Na ocasião, conhece Marilyn Monroe, que acabara de se casar com o cultuado escritor Arthur Miller.

Se “Sete Dias Com Marilyn” servir apenas para apresentar Monroe e Olivier para as gerações, já terá cumprido seu propósito. Mas é mais que isso, também é eficaz na construção do drama dos personagens.

Lucas Salgado é colunista do site Adoro Cinema

Em “Os Imperfeccionistas”, os personagens de Rachman também se veem às voltas com um jornal americano transplantado para uma capital europeia, mas já amargando o fim dos tempos de poder, influência e abastança. Como não associar o sobrenome Otts, dos fun-

internacional

O que mais me impressiona neste 30º Jogos Olímpicos é o conagraçamento de todas as nações. Há mais países representados nesta grande festa do esporte (204) que na ONU (193). E pela primeira vez todos os comitês olímpicos nacionais enviaram atletas mulheres, inclusive Arábia Saudita, Catar e Brunei. Nos estádios londrinos são relevadas todas as diferenças e divergências políticas, econômicas, ideológicas, religiosas e étnicas. Ali 29 modalidades de 26 esportes irmanam Israel e Irã, Estados Unidos e Cuba, Coreia do Norte e Coreia do Sul. Nas Olimpíadas as disputas entre os 10.500 participantes são apenas esportivas.

Violência nas escolas

São as armas; mas, não só as armas

Michael Moore

Desde que Caim enlouqueceu e matou Abel sempre houve humanos que, por uma razão ou outra, perdem a cabeça temporária ou definitivamente e cometem atos de violência. Durante o primeiro século de nossa era, o imperador romano Tibério gozava, jogando suas vítimas na ilha de Capri, no Mediterrâneo. Gilles de Rais, cavaleiro francês aliado de Joana D'Arc, na Idade Média, um dia, enlouqueceu e acabou assassinando centenas de crianças. Apenas umas décadas depois, Vlad, o Empalador, na Transilvânia, tinha inúmeros modos horripilantes de acabar com suas vítimas; o personagem de Drácula foi inspirado nele.

Em tempos modernos, em quase todas as nações há um psicopata ou dois que cometem homicídios em massa, por mais estritas que sejam suas leis em matéria de armas: o demente supremacista branco, cujos atentados na Noruega cumpriram um ano nesse domingo; o carniceiro do pátio escolar em Dunblane, Escócia; o assassino da Escola Politécnica de Montreal; o aniquilador em massa de Erfurt, Alemanha...; a lista parece interminável. E agora o atirador de Aurora, na sexta-feira passada. Sempre houve pessoas com pouco juízo e prudência e sempre haverá.

Porém, aqui reside a diferença entre o resto do mundo e nós, os EUA: aqui acontecem DUAS Auroras a cada dia de cada ano! Pelo menos 24 estadunidenses morrem a cada dia (de 8 a 9 mil por ano) em mãos de gente armada, e essa cifra inclui os que perdem a vida em acidentes com armas de fogo ou os que cometem suicídio com uma. Se contássemos todos, a cifra se multiplicaria a uns 25 mil.

Isso significa que os Estados Unidos são responsáveis por mais de 80% de todas as mortes por armas de fogo nos 23 países mais ricos do mundo combinados. Considerando que as pessoas desses países, como seres humanos, não são melhores ou piores do que qualquer um de nós, então, por que nós?

Tanto conservadores quanto liberais nos Estados Unidos operam com crenças firmes a respeito do "porquê" desse problema. E a razão pela qual nem uns e nem outros podem encontrar uma solução é porque, de fato, cada um tem a metade da razão.

A direita crê que os fundadores desta nação, por alguma sorte de decreto divino, lhes garantiram o direito absoluto a possuir tantas armas de fogo quanto desejem. E nos recordam sem cessar que uma arma não dispara sozinha; que "não são as armas, mas quem mata são as pessoas".

Claro que sabem que estão cometendo



Foto: Reprodução

uma desonestidade intelectual (se é que posso usar essa palavra) ao sustentar tal coisa acerca da Segunda Emenda porque sabem que as pessoas que escreveram a Constituição unicamente queriam assegurar-se de que se pudesse convocar com rapidez uma milícia entre granjeiros e comerciantes em caso de que os britânicos decidissem regressar e semear um pouco de caos.

Porém, têm a metade da razão quando afirmam que "as armas não matam: os estadunidenses matam!". Porque somos os únicos no primeiro mundo que cometemos crimes em massa. E escutamos estadunidenses de toda condição aduzir toda classe de razões para não ter que lidar com o que está por trás de todas essas matanças e atos de violência.

Uns culpam os filmes e os jogos de videogame violentos. Na última vez em que revisei, os videogames do Japão são mais violentos do que os nossos e, no entanto, menos de 20 pessoas ao ano morrem por armas de fogo naquele país; e em 2006 o total foi de duas pessoas! Outros dirão que o número de lares destruídos é o que causa tantas mortes. Detesto dar-lhes essa notícia; porém, na Grã-Bretanha há quase tantos lares desfeitos, com um só dos pais assumindo o cuidado dos filhos quanto nos EUA; e, no entanto, em geral, os crimes cometidos lá com armas de fogo são menos de 40 ao ano.

Pessoas como eu dirão que tudo isso é resultado de ter uma história e uma cultura de homens armados, "índios e vaqueiros", "dispara agora e pergunta depois". E se bem é certo que o genocídio de indígenas americanos assentou um modelo bastante feio de fundar uma nação, me parece mais seguro dizer que não somos os únicos com um passado violento ou uma marca genocida.

Olá, Alemanha! Falo de ti e de tua história,

desde os hunos até os nazistas, todos os que amavam uma boa carnificina (tal qual os japoneses e os britânicos, que dominaram o mundo por centenas de anos, coisa que não conseguiram plantando margaridas). E, no entanto, na Alemanha, nação de 80 milhões de habitantes, são cometidos apenas 200 assassinatos com armas de fogo ao ano.

Assim que esses países (e muitos outros) são iguais a nós, exceto que aqui mais pessoas acreditam em Deus e vão à Igreja mais do que em qualquer outra nação ocidental.

Meus compatriotas liberais dirão que se tivéssemos menos armas de fogo haveria menos mortes por essa causa. E, em termos matemáticos, seria certo. Se temos menos arsênico na reserva de água, matará menos gente. Menos de qualquer coisa má – calorias, tabaco, reality shows – significará menos mortes. E se tivéssemos leis estritas em matéria de armas, que proibissem as armas automáticas e semi-automáticas e prescrevessem a venda de grandes magazines capazes de portar milhões de balas, atiradores como o de Aurora não poderiam matar a tantas pessoas em pouquíssimos minutos.

Porém, também nisso há um problema. Há um montão de armas no Canadá (a maioria rifles de caça) e, no entanto, a conta de homicídios é de uns 200 ao ano. De fato, por sua proximidade, a cultura canadense é muito similar à nossa: as crianças têm os mesmos videogames, vêem os mesmos filmes e programas de TV; mas, no entanto, não crescem com o desejo de matar uns aos outros. A Suíça ocupa o terceiro lugar mundial em posse de armas por pessoa; porém, sua taxa de criminalidade é baixa. Então, por que nós? Formulei essa pergunta a uma década em meu filme "Tiros em Columbine", e esta semana tive pouco que dizer porque me parecia ter dito há dez anos o que tinha

que dizer; e acho que não fez muito efeito; exceto ser uma espécie de bola de cristal em forma de filme.

Naquela época eu disse algo, que repetirei agora:

1. Os estadunidenses são incrivelmente bons para matar. Acreditamos em matar como forma de conseguir nossos objetivos. Três quartos de nossos Estados executam criminosos, apesar de que os Estados que têm as taxas mais baixas de homicídios são, em geral, os que não aplicam a pena de morte.

Nossa tendência a matar não é somente histórica (o assassinato de índios, de escravos e de uns e outros na guerra "civil"): é nossa forma atual de resolver qualquer coisa que nos inspira medo. É a invasão como política exterior. Sim, lá estão Iraque e Afeganistão; porém, somos invasores desde que "conquistamos o oeste selvagem" e agora estamos tão enganchados que já não sabemos o que invadir (Bin Laden não se escondia no Afeganistão, mas no Paquistão), nem porque invadir (Saddam não tinha armas de destruição massiva, nem nada a ver com o 11-S). Enviamos nossas classes pobres para fazer matanças e não perdemos um só minuto de um só dia para pensar nessa carnificina. E agora, enviamos aviões sem pilotos para matar (drones), aviões controlados por homens sem rosto em um luxuoso estúdio com ar condicionado em um subúrbio de Las Vegas. É a loucura!

2. Somos um povo que se assusta com facilidade e é fácil de ser manipulado pelo medo. De que temos tanto medo? Por que necessitamos ter 300 milhões de armas de fogo em nossas casas? Quem vai machucar? Por que a maior parte dessas armas se encontra nas casas de brancos, nos subúrbios ou no campo? Talvez, se resolvéssemos nosso problema racial e nosso problema de pobreza (uma vez mais, somos o número um com maior número de pobres no mundo industrializado) teria menos pessoas frustradas, atemorizadas e encolerizadas estendendo a mão para pegar a arma que guardam na gaveta. Talvez, cuidaríamos mais uns dos outros.

Isso é o que penso sobre Aurora e sobre o violento país do qual sou cidadão. Como mencionei, disse tudo nesse filme e se quiserem, podem assisti-lo e partilhá-lo sem custo com os demais. E o que nos faz falta, amigos meus, é valor e determinação. Se vocês estão prontos, eu também.

Michael Moore é cineasta e escritor norte-americano. (Traduzido do inglês para o espanhol por Jorge Anaya. Traduzido para o português pelo site Adital. Publicado em 07.08.2012.)